

LICENÇA MUNICIPAL SIMPLIFICADA

LMS N° 013/2025

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal n° 778, de 26 de dezembro de 2013, expede a presente **LICENÇA MUNICIPAL SIMPLIFICADA**, requerida através do Processo Administrativo n.º 1787/2025, que autoriza a:

EMPRESA/NOME: VANDA DE LAIA FONSECA.

CNPJ/CPF: 290.703.766-87

ENDEREÇO DA ATIVIDADE/EMPREENHIMENTO: Córrego São José II, Zona Rural.

MUNICÍPIO: IRUPI/ES

A exercer a atividade/empreendimento: **SECAGEM MECÂNICA DE GRÃOS ASSOCIADA OU NÃO PILAGEM**

Esta **LMS** é válida pelo período de 1460 dias, a contar da data de emissão, observadas as **CONDICIONANTES** no verso discriminadas, bem como seus anexos que são partes integrantes da mesma.

Irupi/ES, 06 de outubro de 2025.

(GUILHERME ISAC GOMES BARBOSA)
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

ANEXO I – LMS Nº 013/2025

CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA AUTORIZAÇÃO:

RECOMENDAMOS o deferimento do requerimento e a emissão da licença ambiental com as condicionantes descritas abaixo:

1. Esta licença foi emitida com fundamento no Decreto Municipal nº 273/2022 e IN IDAF nº 003/2014;
2. Esta Licença está vinculada à atividade de Secagem mecânica de grãos, associada ou não a pilagem, com os seguintes equipamentos a serem instalados:
01 (um) secador de café do rotativo com fornalha de fogo indireto, com capacidade total instalada de 15.000 litros nas coordenadas 226838,88/7755475,38; além da máquina de pilar.
3. Apresentar folha original de publicação, tornando pública a obtenção desta Licença, em jornal de grande circulação, no local de abrangência da atividade licenciada e ainda no Diário Oficial do Estado. **Prazo: 30 (trinta) dias;**
4. A contagem do prazo dessa licença e das condicionantes se inicia a partir do recebimento da mesma;
5. Para utilizar a palha na fornalha para geração de energia, será necessário à anuência dos proprietários das moradias que se inserem na faixa de restrição de 300 metros que solicita o inciso III do Art. 5º da IN IDAF 003/2014. SENDO PROIBIDA A QUEIMA DE PALHA NOS SECADORES NO HORÁRIO COMPREENDIDO DAS 17 HORAS ÀS 08 HORAS, conforme estabelecido no Art. 4º da referida normativa.
6. Armazenar material lubrificante (graxas, óleos) em local coberto e com piso impermeabilizado;
7. Os resíduos sólidos gerados na propriedade (plástico, papel, papelão, metal, etc.) deverão ser armazenados e descartados de forma ambientalmente correta;

8. Manter em local coberto ou cobrir com material impermeável e devidamente dimensionado, conforme o volume, a lenha utilizada no processo produtivo, de forma que o material fique protegido da exposição a chuvas e obtenção de umidade até o momento da sua utilização como combustível nos secadores.
9. A utilização de lenha deverá ser proveniente de reflorestamento. Caso seja comprada, a origem da lenha deve ser comprovada por meio de nota fiscal do produtor, que deverá ficar em poder do empreendedor. Caso seja retirada na propriedade do empreendedor, deverá ter o corte autorizado por Órgão Ambiental competente local;
10. O material combustível não poderá estar úmido no momento da secagem dos grãos, a fim de reduzir a geração de fumaça emitida pelos secadores;
11. A palha gerada no processo produtivo deverá ser devidamente armazenada em local coberto, de modo que todo volume de palha fique protegida da exposição à chuva e consequente carreamento de sedimentos, até o momento de sua destinação final;
12. As cinzas devem ser acondicionadas em local coberto ou serem devidamente protegidas com material impermeável dimensionado conforme volume, até o momento de sua destinação final;
13. Para o uso da palha como adubo orgânico nas lavouras de café deverá ser realizado o que se pede no Art. 12, item III da IN IDAF N° 003/2014, não devendo ser usada na lavoura sem antes passar pelo processo de compostagem ou utilização da técnica de incorporação ao solo, nas áreas onde a utilização dessa técnica for possível ou outra forma de destinação com viabilidade técnica comprovada;
14. Ao optar pela doação das cinzas e palha geradas no processo produtivo, sempre solicitar declaração do recebedor para comprovação da doação ou entrega do material;
15. Havendo geração de efluente doméstico no empreendimento, o mesmo deverá ser tratado de acordo com as normativas ABNT NBR 7229 e NBR 13969 ou por outro sistema físico-químico-biológico de comprovada eficácia;
16. Realizar o controle da temperatura de queima para que evite a combustão dos grãos e a emissão em excesso de fumaça e particulados;
17. Operacionar o Documento de Origem Florestal (DOF), caso o empreendimento venha utilizar produto florestal nativo;

18. Apresentar a SEMAM, e manter atualizado, o Certificado de Registro de Consumidor de Produtos e Subprodutos Florestais, emitido pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF. **Prazo da primeira entrega: 90 (noventa) dias;**
19. Fica proibido construir, armazenar resíduo gerado no processo produtivo ou intervir, de qualquer forma, em área de preservação permanente (APP);
20. As cascas, palhas de café e cinzas das fornalhas, assim como outros resíduos gerados no estabelecimento, não poderão ser lançados próximos a corpos hídricos, devendo ser respeitada a área de preservação permanente;
21. Manter a área interna e externa das instalações em perfeitas condições de higiene e limpeza, procedendo à varrição, lavagem e capina das áreas e acondicionamento e destinação final adequada de todo resíduo sólido gerado no processo produtivo;
22. Manter a área utilizada pela atividade e seu entorno em condição de solo adequada, sem a presença de processo erosivo;
23. Não armazenar insumos agrícolas juntamente com o café em coco ou pilado;
24. Visando o bem-estar da população, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente, IRUPI-ES, SEMAM poderá exigir, com base em parecer técnico fundamentado, a implantação de equipamentos e tecnologias para a redução dos impactos ambientais, ou ainda, a completa interrupção da atividade;
25. Requerer renovação desta licença **120 (cento e vinte) dias antes de seu vencimento;**
26. Operar a atividade no local autorizado e informar previamente a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente, IRUPI-ES, SEMAM deste município qualquer alteração cadastral ou do sistema produtivo;
27. A construção, a reforma, ampliação, instalação ou funcionamento de estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, contrariando as normas legais e regulamentadoras pertinentes, constitui crime contra o meio ambiente, sujeito a pena de detenção de um a seis meses, nos termos do art. 60 da Lei 9.605/98;

28. Apresentação obrigatória da Licença expedida pela a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente, IRUPI-ES, SEMAM, sempre que a atividade for vistoriada;
29. É obrigatória a fixação de cópia desta licença em local adequado do estabelecimento, visível ao público e a disposição da fiscalização;
30. Toda documentação apresentada em atendimento às exigências feitas pela a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente, IRUPI-ES, SEMAM deverá mencionar explicitamente o número da condicionante, do ofício, da notificação e/ou qualquer instrumento a que se refere. Os documentos deverão estar devidamente rubricados, assinados e em suas vias originais acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, quando couber.
31. O não cumprimento das condicionantes acima penalizará a empresa com imposição das penalidades de multa e/ou interdição/embargo das atividades/obras conforme a legislação pertinente, e ainda determinará a suspensão ou cassação da Licença;

Cabe esclarecer que o Consórcio Caparaó e a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente, IRUPI-ES, SEMAM, não possuem responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes, de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

(Nome por extenso do Secretário Municipal)
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

DECLARO QUE RECEBI UMA VIA DA PRESENTE LICENÇA E ESTOU CIENTE DAS CONDICIONANTES SUPRA:

Em ____/____/____. Assinatura do Empreendedor/Representante Legal:_____.